

RELATÓRIO E CONTAS

2010



H TECNIC, Construções, Lda.
Av. Almirante Gago Coutinho nº 133
1700-029 Lisboa

E-mail: htecnic@htecnic.pt www.htecnic.pt
Telf.: 218 435 460 Fax: 218 435 4 69

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
BALANÇO.....	22
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	24
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	26
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	28
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	31
ANEXO	33
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	50
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	52

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long tail, located in the bottom right corner of the page.

RELATÓRIO DE GESTÃO

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and strokes, is located in the bottom right corner of the page.

Exmos. Senhores Sócios da H TECNIC – CONSTRUÇÕES, Lda.:

No cumprimento das disposições legais e estatutárias vimos submeter à apreciação de V. Exas. o relatório de gestão, as demonstrações financeiras, bem como a proposta de aplicação de resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

RELATÓRIO DE GESTÃO

2010

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SECTORIAL

1.1 A nível internacional

Nos países em desenvolvimento a procura interna está a desempenhar um papel importante na recuperação da economia, representando 46% do crescimento global em 2010. O forte crescimento da procura interna nos países em desenvolvimento vai continuar a liderar a economia mundial, prevendo-se que o PIB dos países em desenvolvimento tenha sido 7% em 2010 (5,2% excluindo a Índia e China) e registe crescimentos de 6,0% e 6,1% em 2011 e 2012, respectivamente. Estes valores continuam a superar o crescimento previsto para os países desenvolvidos (2,8%, 2,4% e 2,7% em 2010, 2011 e 2012).

A fase de turbulência económica reduziu em meados de 2010, quando a produção industrial e do comércio mundial recuperou os níveis de actividade pré-crise (ou seja os registados em Agosto de 2008, mês anterior ao colapso do Lehman Brothers e do início da crise financeira).

É importante observar que cada economia experimentou a crise dos mercados financeiros de forma diferente. A produção industrial nos países Asiáticos quase não registou quebras, no entanto as taxas de crescimento desaceleraram para ritmos muito inferiores aos vividos no período anterior à crise (cerca de 10,5%), enquanto a produção no Oriente Médio e Norte da África, bem como em na África Subsaariana apenas diminuiu ligeiramente. Por outro lado, as economias desenvolvidas da Europa e Ásia Central foram as mais atingidas pela crise, registando quebras na produção de cerca de 20%.

A produção industrial de muitos países em desenvolvimento superou em 10% os níveis de actividade existentes antes de Agosto 2008 (por exemplo, China, Índia, Nigéria, Sri Lanka). No entanto, os níveis de produção actuais de outros países, incluindo países desenvolvidos, registam valores inferiores em 5%, face aos níveis registados em Agosto 2008.

A generalidade dos índices e indicadores económicos relativos ao quarto trimestre de 2010 indiciam uma tendência de crescimento da actividade económica, como por exemplo o ritmo de crescimento da produção industrial na China, que registou valores perto de 0% em meados de 2010 e no final do ano apresentou níveis de 15,1%.

No entanto, a dinâmica de crescimento nos Estados Unidos e na Europa permanecem fracas e algumas economias mais pequenas continuam a sofrer reestruturações intensas. Além disso, a turbulência nos mercados europeus devido a questões de dívida soberana e aos planos para reforçar posições orçamentais, são susceptíveis de exercer algumas contrariedades ao crescimento.

Não obstante a economia dos EUA continue a ser caracterizada por uma forte procura interna, o PIB não conseguirá acompanhar esta evolução devido às elevadas taxas de desemprego e à quebra do sector imobiliário. Mesmo com a desvalorização efectiva de 9% do dólar (desde Janeiro de 2009) e pese embora o incremento no volume de exportações, o PIB dos EUA não tem crescido face dado o elevado volume de importações e saídas de capital desta economia. No entanto, em 2010 foram tomadas medidas adicionais para estimular a economia americana, prevendo-se que o PIB atinja níveis de 2,8% em 2011 e 2,9% em 2012.

Nas economias da Zona Euro, o ano de 2010 ficou marcado pela crise do risco soberano e pela necessidade de ajuda externa à Grécia e à Irlanda. Enquanto no caso da Grécia esta necessidade foi, em grande parte, resultado do forte desequilíbrio das contas públicas, no caso da Irlanda foi consequência das dificuldades do sector financeiro afectando assim as respectivas contas públicas. A necessidade de apoio financeiro da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional a estas economias alimentou um receio de contágio às economias da periferia da Zona Euro, em particular a Portugal e Espanha.

A revisão em baixa dos *ratings* soberanos dos países da periferia da Zona Euro e os receios sobre a deterioração da qualidade do crédito, tanto ao nível da dívida soberana como do crédito hipotecário, penalizaram o financiamento, verificando-se uma deterioração das condições do mesmo, o acesso por parte dos governos, empresas e sector financeiro.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end.

Observa-se que a economia global está em transição de uma fase de recuperação económica para um período de crescimento mais lento, porém mais sustentável. Enquanto o crescimento na maioria dos países em desenvolvimento se debate com as limitações da sua capacidade produtiva, o crescimento nas economias desenvolvidas da Europa e Ásia Central é dificultado pelas reestruturações que estão em curso - as políticas a adoptar deverão afastar-se do estímulo da procura de curto prazo em detrimento de políticas e medidas estruturais que promovam novos empregos e aumentem o potencial de oferta das economias.

Em termos de perspectivas estima-se que o crescimento nas maiores economias deverá manter-se próximo ou ligeiramente acima das tendências passadas, ajudando a reabsorver lentamente desemprego e aumentar a capacidade produtiva.

Prevê-se que a economia japonesa registre uma contracção no quarto trimestre de 2010, apesar de ter antecipado uma recuperação das exportações, permitindo a retoma do crescimento no primeiro trimestre de 2011. Globalmente, estima-se um crescimento para 2010 de 4,4%, no entanto prevê-se que em 2011 o ritmo de crescimento abrande para níveis de 1,8% em 2011 e de 2% em 2012.

Entre os países europeus mais afectados pela crise, o crescimento previsto não deverá conseguir reduzir o desemprego de forma célere, em parte devido à profunda reestruturação que algumas destas economias estão a sofrer. Assim o PIB da Zona Euro, após uma expansão de 1,7% em 2010, deverá abrandar para 1,4% em 2011 e recuperar em 2012 para os 2%, em consequência das políticas fiscais definidas e a da grande dependência do sector bancário para financiar investimentos do sector privado.

1.2 A nível nacional

As necessidades de financiamento externo da economia portuguesa têm sido um traço dominante ao longo da última década, sendo o reflexo do desequilíbrio entre os níveis de poupança e investimento internos. No ano de 2010, a economia portuguesa assistiu a um agravamento das condições de financiamento da dívida externa, dada a maior visibilidade internacional dos seus problemas e fragilidades estruturais. Em resultado da maior aversão ao risco dos investidores face à periferia da Zona Euro e, sobretudo, na sequência de um *downgrade* da República Portuguesa, em dois graus para A-, levado a cabo em Abril de 2010 por uma das agências de *rating* as condições financiamento deterioraram-se de forma vincada.



De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o crescimento do PIB nos três primeiros trimestres de 2010 registou uma variação homóloga de 1.5%, tendo registado um crescimento de 1.3% no final do ano, devido a uma forte desaceleração sentida na parte final do ano.

O crescimento do PIB reflecte, por um lado, o crescimento das exportações – proporcionado pelo significativo aumento da procura externa – e, por outro, o elevado dinamismo do consumo privado. Esta evolução da procura global induziu um crescimento não negligenciável das importações, em termos homólogos, espelhando, em particular, os efeitos do crescimento das despesas de consumo com um elevado conteúdo importado. Não obstante no final do ano verificou-se uma desaceleração de todas as componentes da procura interna (excluindo variação de existências), em especial do consumo privado, devido à revisão das expectativas dos agentes económicos na sequência das medidas anunciadas para o Orçamento de Estado para 2011, bem como a deterioração continuada das condições no mercado de trabalho.

Analisando em termos sectoriais, verifica-se que o crescimento se concentrou nos sectores de bens e serviços transaccionáveis – indústria transformadora e actividades do sector de serviços mais orientadas para a exportação – enquanto a actividade nos sectores da construção e de serviços não transaccionáveis sofreu uma significativa contracção da procura.

O consumo privado abrandou na parte final do ano de 2010, não obstante a antecipação de compras de veículos automóveis associada às alterações fiscais que entraram em vigor em Janeiro de 2011. Por seu turno, as exportações de bens e serviços mantiveram um crescimento significativo, embora inferior ao observado no trimestre anterior, em linha com a evolução da procura externa.

As exportações destacam-se como a componente da procura que continua a apresentar uma dinâmica favorável, tendo registado um crescimento de 9% em 2010 e antecipando-se um crescimento em torno de 6.0% em 2011 e 2012. No que se refere às importações de bens e serviços, espera-se uma contracção de 1.9% em 2011 seguida de um crescimento de 2.4% em 2012, comparativamente com a expansão de 5.0% em 2010. Esta evolução é essencialmente determinada pelo perfil da procura interna, em particular das suas componentes com maior conteúdo importado – o consumo de bens duradouros e o investimento empresarial.

O emprego irá continuar a contribuir negativamente para o crescimento do PIB nos próximos dois anos, devendo ser particularmente expressivo em 2011. Também, o contributo do stock de capital para o crescimento do PIB deverá ser marginalmente negativo devido à quebra do investimento.

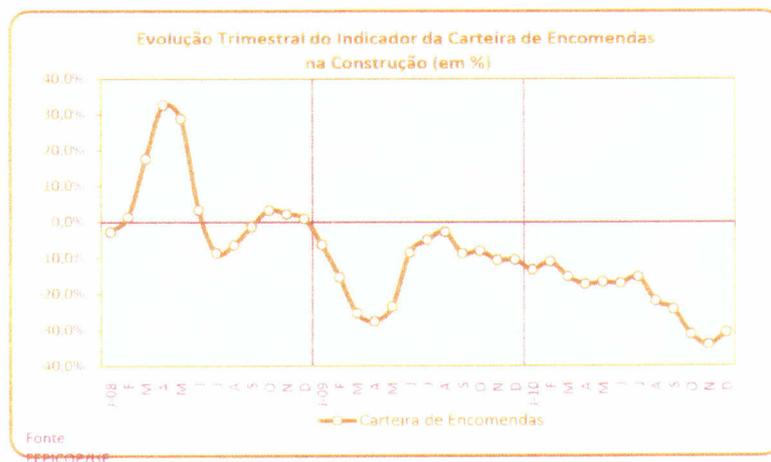


O crescimento dos preços da componente energética do IHPC deverá abrandar de um valor de 9.5% em 2010 para 7.2% em 2011 e 1.7% em 2012. Estas protecções reflectem, para além dos efeitos decorrentes dos aumentos do IVA, a evolução esperada dos preços das matérias-primas energéticas, em particular do petróleo, de acordo com a informação disponível nos mercados de futuros, a que não será alheia a gradual recuperação da actividade económica e conseqüentemente da procura mundial de energia.

1.3 No sector da Construção Civil e Obras Públicas

O ano de 2010 apresenta-se como o nono ano consecutivo em que o Sector de Construção regista um decréscimo, estimando-se que a quebra verificada possa rondar os 6.5%. O decréscimo assinalado foi determinado sobretudo pela forte quebra verificada nas vendas, particularmente no caso do segmento residencial, devido aos atrasos nos pagamentos feitos às empresas e às crescentes dificuldades impostas no acesso ao crédito bancário.

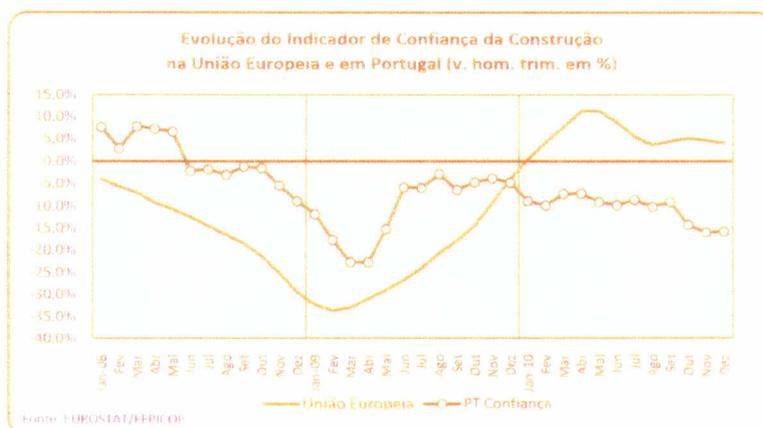
Os níveis de produção do sector registaram, em 2010, um decréscimo bastante acentuado, em resultado das fortes quebras de produção não apenas da habitação mas também das obras de engenharia civil e do segmento de edifícios não residências, concluindo-se que o ano que terminou terá sido o pior desde 2000, em termos de quebras na carteira de encomendas.



De salientar também que o volume de trabalhos associados a obras de engenharia civil deverá registar uma quebra durante o ano de 2010 (a qual poderá atingir -1%).

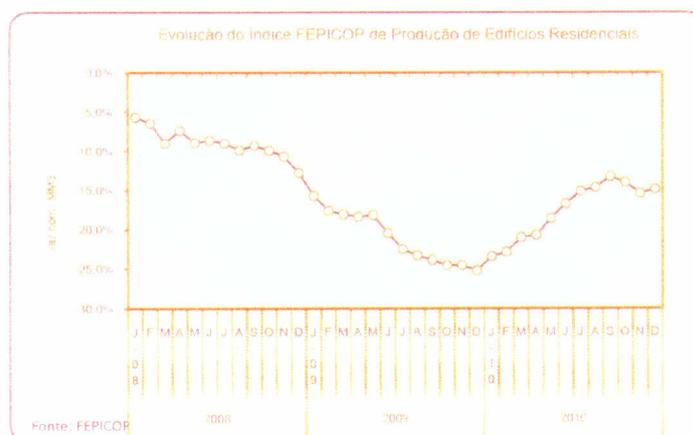


As restrições impostas pelo Governo com vista à redução do défice orçamental conduziram ao adiamento de parte dos trabalhos inicialmente previstos para 2010, tendo-se verificado em consequência uma forte redução no montante de trabalhos adjudicados em cerca de 50%, face a 2009.



Conclui-se que o sentimento dos empresários sobre a evolução da conjuntura do Sector registou a mesma variação, com níveis de confiança muito pessimistas devido à quebra de encomendas em carteira. Comparando com os índices de confiança obtidos para a média dos países europeus, verifica-se que no final de Dezembro os níveis obtidos são muito superiores aos indicados pelos empresários portugueses.

Analisando as expectativas para a evolução da produção por segmento observa-se que:



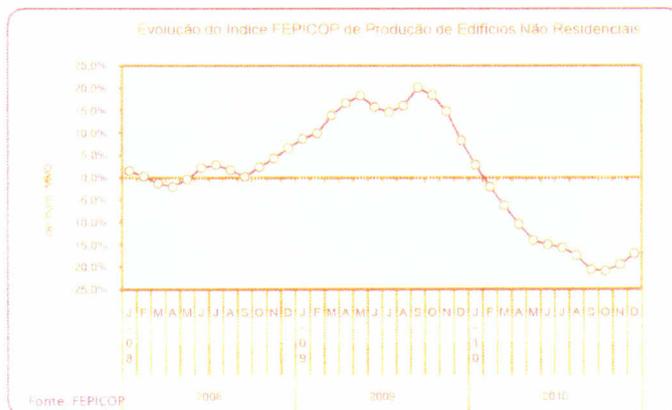
O segmento da construção de edifícios residenciais tem sido violentamente penalizado pela crise financeira que se iniciou em 2008, devido ao impacto no sistema bancário, que se repercutiu directamente no mercado



residencial, sobretudo pelas restrições impostas às famílias no acesso ao financiamento para compra de habitação.

Em termos acumulados, estima-se que este segmento, desde 2010, já deverá ter perdido cerca de 59% do seu volume de produção, tendo sido crescente o número de empresários que traduziram sistematicamente quebras de encomendas em carteira ao longo do ano que passou (2010).

Analisando o gráfico observa-se de durante todo o ano de 2010 se registaram taxas de variação trimestrais negativas, havendo evidência da permanência de crise estrutural que este segmento atravessa, sem quaisquer perspectivas de evolução substancial no curto prazo.

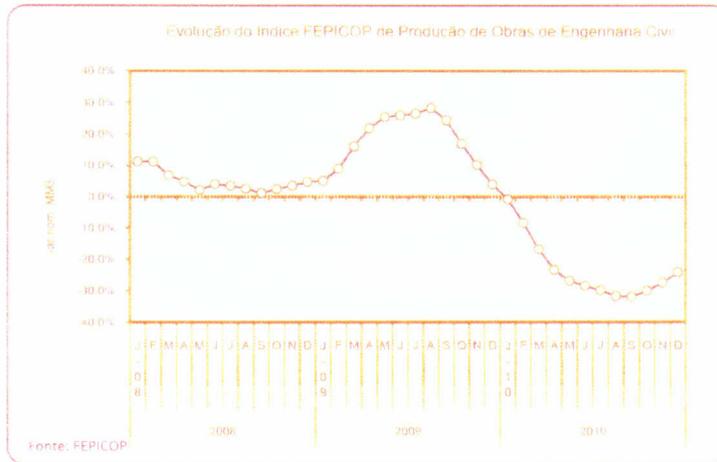


Também a produção do segmento de edifícios não residenciais volta a registar em 2010 um decréscimo em consequência da quebra verificada na componente privada. Esta quebra no investimento é explicada pela conjuntura económica, na qual muitos empresários optaram por adiar parte dos investimentos que estavam a planear efectuar.

Com efeito as quebras de produção sentidas ao longo de 2010 foram uma constante. Apenas o segmento relativo à componente pública de construção de edifícios não residenciais que beneficiou da execução do programa de reabilitação de edifícios escolares, a cargo da empresa Parque Escolar, continuou os seus trabalhos ao longo de 2010, registando algum dinamismo.

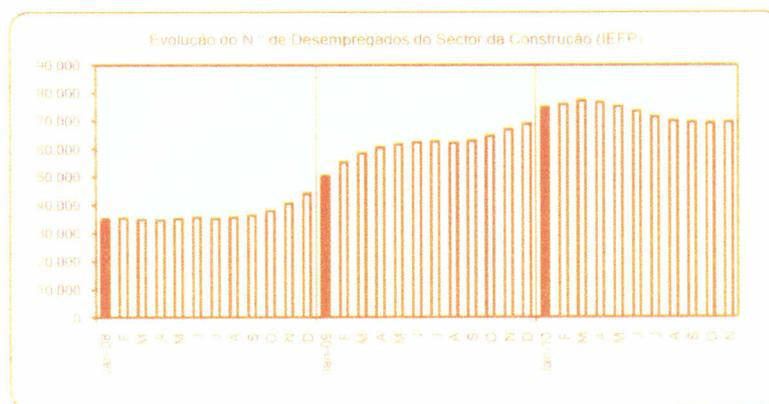
Neste enquadramento, estima-se que a produção da componente pública do segmento de construção de edifícios não residenciais venha a registar um acréscimo de cerca de 3% durante o ano de 2010, contrariamente à componente privada cujo volume de produção deverá recuar cerca de 9%.





A quebra de actividade no segmento das obras de engenharia civil ficou a dever-se essencialmente à implementação de uma série de medidas de austeridade, cujos principais efeitos se repercutiram na contracção de despesas de investimento público, e isto apesar de, em termos anuais, se terem lançado concursos públicos por valores superiores aos registados em 2009.

A não adjudicação de empreitadas, medida de austeridade que foi largamente aplicada na maioria dos organismos públicos, fez com que, depois de um acréscimo muito significativo do valor adjudicado em 2009 (12.3%), maior se revelasse o decréscimo apurado em 2010 (menos 38.9%) e isto apesar de o valor promovido neste último ano ter sido positivo (21.9% face a 2009).



O elevado número de desempregados que provêm do Sector, traduz, por um lado, a magnitude dos impactos da crise financeira mundial nas actividades do sector em 2009 e, por outro, os impactos das medidas de austeridade implementadas em 2010, em particular, a contenção de despesas de investimento público.



Considerando as repercussões que o sector da construção tem na economia, a actual taxa de desemprego nacional (10.9% no final do terceiro trimestre de 2010) reflecte, não apenas a perda de mais de 28 mil trabalhadores do sector (em média nos três primeiros trimestres de 2010, correspondente a um decréscimo homólogo de 5.5%) mas, também, há supressão de tantos outros postos de trabalho contabilizados no decréscimo médio de 1.5% do emprego total verificado até ao final de Setembro de 2010 face a igual período de 2009.

Apresenta-se em seguida a evolução dos principais indicadores da Construção Civil e Obras Públicas nos últimos anos:

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized 'H' followed by a series of loops and a final flourish.

CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS
 EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES

VARIAÇÕES HOMÓLOGAS (%)

	2006	2007	2008	2009	2010	Fontes e Observações
Consumos						
Cimento	-5,9	0,9	-6,5	-15,4	-7,8	(2010: Estimativa até Novembro)
Emprego	-0,2	3,2	-3,0	-8,9	-5,5	"TNE Inq. Emprego" (2010 - Jan. a Setembro)
Nível de Actividade Global	-27	-17	-18	-30	-35	"Associações do Sector"(1)
Credito a habitação						
Número de contratos	-4,3	-0,9	-11,5	-	-	"DGT - Direcção Geral do Tesouro" (2008 - Jan. a Junho)
Valor dos Contratos	2,4	-1,4	-10,2	-	-	"TNE" - Estimativas (nova série) (2010 - Até Set.)
Fogos novos concluídos para habitação	-9,5	-2,8	-5,5	-3,8	-13,5	"Associações do Sector"(1)
Venda de fogos	-61	-63	-67	-75	-80	"Associações do Sector"(1)
Nível de actividade da construção de edifícios	-33	-24	-23	-36	-35	"Associações do Sector"(1)
Índice FEPI COP de Produção Edif. Residenciais	-5,5	-5,3	-9,9	-21,8	-17,1	FEPI COP (2010 - Jan. a Novembro)
Índice FEPI COP de Produção Edif. Não Resid.	-10,7	8,9	2,0	14,5	-14,9	FEPI COP (2010 - Jan. a Novembro)
Concursos Públicos (Valor)						"Associações do Sector"(2)
Abertos	-10,6	-8,2	53,3	-35,8	61,4	(2010 - Jan. a Novembro)
Adjudicados	-50,7	58,4	9,5	56,7	-50,6	(2010 - Jan. a Novembro)
Nível de actividade Obras Públicas	-14	-3	-8	-16	-37	"Associações do Sector"(1)
Índice FEPI COP Produção Engenharia Civil	-25,1	-4,5	4,2	17,5	-25,9	FEPI COP (2010 - Jan. a Novembro)
Licenças para construção	-5,5	-5,5	-15,6	-22,2	-10,5	"TNE" (2010 - Jan. a Outubro)
Fogos novos para habitação	-5,5	-7,0	-29,9	-40,8	-9,2	
Outros trabalhos para habitação (3)	-5,8	-7,5	-9,4	-5,8	-13,6	
Perspectivas de produção	-14	2	-6	-11	-18	"Associações do Sector"(1)

(1) Resultados dos Inquéritos Mensais a actividade (Saldo de Respostas Extremas)

(2) Taxas de variação a preços constantes

(3) Inclui trabalhos de ampliação, transformação, restauração e demolição

Fontes: INE, ATIC, Área Associativa, AECOPS, FEPI COP



2. EVOLUÇÃO DA H TECNIC – CONSTRUÇÕES, LDA

2.1 Evolução da actividade

Evolução da Actividade	Período 2010			Período 2009			Período 2008
	Quantias	Varição em valor	variação face ao período anterior	Quantias	Varição em valor	variação face ao período anterior	Quantias
Volume de Negócios	5 283 945	(16 023 223)	(23.28%)	6 887 168	(366 439)	(5.05%)	7 253 607
Margem bruta - Valor	359 989	(332 066)	(47.98%)	692 055	67 940	10.89%	624 115
Margem bruta - %	6.81%	(3.24%)	(32.24%)	10.05%	1.44%	16.86%	8.60%
Resultado Operacional	241 567	(347 703)	(59.01%)	589 270	589 270	14.35%	515 310

Analisando a evolução do volume de negócios da Empresa, constata-se que este registou uma quebra em 2010 de cerca de 23,28% face ao exercício de 2009, correspondendo esta variação, em termos absolutos, a uma redução de 1.603.223 euros.

2.2 Resultado das operações

Para uma melhor apreciação da evolução da situação económica da Empresa, apresentamos em seguida o resultado das operações dos dois últimos exercícios:

Resultado das operações	Período 2010		Período 2009	
	Quantias	Em % do volume de negócios	Quantias	Em % do volume de negócios
Volume de negócios	5 283 945	100.00%	6 887 168	100.00%
Outros rendimentos e gastos operacionais	(4 907 145)	(92.87)%	(6 167 830)	(89.56)%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	376 800	7.13%	719 338	10.44%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(135 233)	(2.56)%	(130 069)	(1.89)%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	241 567	4.57%	589 270	8.56%
Resultados financeiros	(14 243)	(0.27)%	47 079	0.68%
Resultado antes de imposto (RAI)	227 324	4.30%	636 349	9.24%
Imposto sobre rendimento do período	(86 759)	(1.64)%	(172 532)	(2.51)%
Resultado líquido do período	140 565	2.66%	463 817	6.73%



Observa-se que o Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos do exercício de 2010 registou um decréscimo face a 2009 de cerca de 342.538 euros, passando o seu peso percentual em relação ao volume de negócios de 10,44% (em 2009) para 7,13% (em 2010).

Observa-se igualmente que o Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos apresenta um decréscimo de cerca de 347.703 euros face a 2009.

O resultado antes de imposto registou uma quebra de 4,30% face ao exercício de 2009, a que corresponde um decréscimo de cerca de 409.024 euros.

Tendo em conta as variações atrás mencionadas, verificou-se uma quebra de 69,69% nos Resultados Líquidos da H TECNIC face a 2009, a que corresponde, uma redução em valor de 323.251 euros. Não obstante a quebra verificada nos resultados, devido por um lado à redução do volume de negócios e por outro à redução sentida na margem bruta, considera-se que a empresa teve uma performance positiva face ao contexto económico fortemente recessivo vivido quer no mercado nacional, quer no mercado internacional e perante a quebra abrupta e continuada que se vem sentindo no sector da construção.

2.3 Política de investimento das operações

As políticas e programas de investimentos e desinvestimentos da Empresa estão em consonância com as directrizes estabelecidas no plano estratégico da Empresa e ponderam as perspectivas de crescimento gizadas pelo *Management* em cada estágio de desenvolvimento organizacional.

2.4 Recursos Humanos

No exercício de 2010 a H-TECNIC registou um número médio de trabalhadores de 43 (o número médio de trabalhadores em 2009 foi de 46).



2.5 Situação patrimonial

Balço funcional		31.12.2010	31.12.2009
Activos não correntes	1	127 425	206 535
Passivos não correntes	2	263 327	329 159
Capitais próprios	3	2 143 391	2 044 376
Fundo de maneio	4 = 2 + 3 - 1	2 279 294	2 167 000
Caixa e equivalentes de caixa	5	1 638 601	1 618 921
Dívida financeira corrente	6		
Tesouraria líquida	7 = 5 - 6	1 638 601	1 618 921
Necessidades cíclicas - Restantes activos correntes	8	2 243 976	4 077 543
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	9	1 603 284	3 529 464
Necessidades de fundo de maneio	10 = 8 - 9	640 692	548 080

Como se pode analisar pela apreciação do balanço funcional, a empresa apresenta uma tesouraria líquida positiva em 2010 de cerca de 1.638.601 euros, valor superior em 19.680 euros face ao registado em 2009 (cerca de 1.618.921 euros).

Não obstante, observa-se que em termos correntes, as necessidades cíclicas superam os recursos cíclicos disponíveis.

A performance da Empresa pode ser traçada pelos seguintes principais indicadores:



Indicadores de Rentabilidade		31.12.2010	31.12.2009
Rentabilidade dos capitais próprios	R. Líquido/Capitais próprios	6.6%	22.7%
Rentabilidade das vendas	R. Líquido/Volume de negócios	2.7%	6.7%
Indicadores de Estrutura		31.12.2010	31.12.2009
Autonomia Financeira	Capitais próprios/Activo	53.5%	34.6%
Solvabilidade	Capitais próprios/Passivo+I.Minorit.	114.8%	53.0%
Indicadores de Liquidez		31.12.2010	31.12.2009
Liquidez geral	Activo corrente/Passivo corrente	2.4	1.6
Liquidez imediata	Caixa e depósitos + act. fin. correntes e detidos para negociação/Passivo corrente	1.0	0.5

Os indicadores de rentabilidade espelham os bons resultados obtidos pela H TECNIC, apesar de terem experimentado uma redução face ao ano anterior, quer em termos de rentabilidade das vendas (2,7% em 2010 *versus* 6,7% em 2009), quer em termos de rentabilidade de capitais próprios (6,6% em 2010 *versus* 22,7% em 2009), devido à quebra observada nos Resultados Líquidos da empresa.

No que concerne aos indicadores de estrutura financeira, observa-se que os rácios de autonomia financeira e de solvabilidade, em 2010, registaram uma melhoria, por um lado devido à diminuição do Activo (por via da redução da rubrica de Clientes), e por outro devido à diminuição do Passivo (por via da diminuição da rubrica de Fornecedores).

Em termos dos indicadores de liquidez, observa-se a obtenção de rácios de liquidez geral acima da unidade. A evolução positiva sentida de 2009 para 2010, quer no rácio de liquidez geral, quer no rácio de liquidez imediata, deve-se à redução do passivo corrente (através da diminuição das dívidas a terceiros).

A solidez da estrutura financeira e os níveis de performance económica da H TECNIC Construções permitem auspiciar um futuro de estabilidade que, não obstante a conjuntura económica difícil, tem caracterizado a actividade da Empresa.



3. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

3.1 Cenário macroeconómico

O ano de 2011 perspectiva-se particularmente difícil para a economia portuguesa em geral e para o sector da Construção em particular. A adicionar aos diversos problemas estruturais da economia portuguesa, que se têm vindo a traduzir em níveis excessivos de endividamento externo e de peso da dívida pública no PIB, 2011 ficará inevitavelmente marcado por um processo de violento esforço de consolidação orçamental.

Em Portugal essa necessidade de consolidação, que é comum a outros países europeus e que surge na sequência das políticas adoptadas no período pós crise financeira, deverá traduzir-se em políticas potencialmente recessivas, que conduzirão a uma contracção da procura interna, quer ao nível do consumo, quer ao nível do investimento.

A actual projecção aponta para uma contracção da actividade económica de 1.4 por cento em 2011, a que, se seguiria uma recuperação de 0.3 por cento em 2012. Esta evolução deverá ser marcada por uma forte contracção da procura interna, que se espera contraste com o dinamismo das exportações.

A formação bruta de capital fixo (FBCF) deverá apresentar uma contracção de 5.6 por cento em 2011 e de 1.3 por cento em 2012. Esta evolução traduz o impacto das perspectivas de evolução da procura interna sobre as decisões de investimento das empresas, assim como os efeitos da elevada incerteza.

As exportações destacam-se na projecção por incorporaram um crescimento robusto tanto em 2011 como em 2012 (6.0 e 6.5 por cento, respectivamente). Este comportamento espelha a evolução prevista para a procura externa dirigida às empresas portuguesas, num quadro de uma virtual estabilização da quota de mercado.

Uma melhoria sustentada da competitividade da economia portuguesa impele à adopção de um conjunto amplo de reformas estruturais (em particular, alicerçadas numa política fiscal) que impulse o incremento da competitividade externa da economia portuguesa.

Neste contexto, conforme refere o Banco de Portugal no seu boletim económico da Primavera, a economia portuguesa não deverá acompanhar nos próximos anos o ciclo de recuperação da actividade económica a nível europeu, embora dele venha a beneficiar fruto da procura externa.



3.2 Perspectivas de evolução da Empresa

No que diz respeito à actividade económica, a necessidade de implementação de medidas adicionais de consolidação orçamental para cumprir os exigentes objectivos orçamentais assumidos pelo Estado Português determinam riscos para a actividade económica em 2011 e, de forma mais significativa, em 2012.

Aqueles riscos interagem ainda com o início do processo de desalavancagem do sector privado que deverá implicar uma alteração significativa das condições de financiamento e o aumento do respectivo grau de restritividade, condicionando o consumo privado e o investimento.

Refira-se que o impacto deste processo na actividade económica dependerá da sua configuração, nomeadamente das suas implicações para a concessão de novo crédito pelo sistema bancário e da capacidade das empresas não financeiras para reestruturarem as suas políticas de financiamento, tanto no que respeita ao uso mais eficiente dos recursos financeiros, como à busca de fontes de financiamento alternativas, nomeadamente no mercado externo.

Assim em termos de oferta, não se prevê que com o actual excesso de oferta de fogos que se observa no mercado residencial, e a tendência para a redução de licenciamentos, haja uma recuperação da actividade deste segmento.

Relativamente ao segmento não residencial, prevê-se a continuação de comportamentos muito distintos entre as componentes privada e pública, prevendo-se uma quebra na ordem dos 8% em 2011 na produção da parcela privada, e a parcela pública a continuar a beneficiar da aposta da administração pública em obras de reparação do edificado, nomeadamente edifícios escolares. No entanto a difícil situação económica em que o País se encontra leva a temer que parte significativa do investimento público previsto não se venha a concretizar no futuro próximo, o que poderá gravar a já difícil situação vivida.

Em termos agregados prevê-se que a produção do segmento da construção de edifícios não residenciais registre uma quebra de 5% em 2011.

Salientam-se ainda factores de incerteza sobre o comportamento do segmento de Engenharia Civil em 2011 nomeadamente os relativos à suspensão, ou não, de várias obras que estavam planeadas ser desenvolvidas em regime de parceria público-privadas.



É neste enquadramento difícil que as perspectivas de evolução da produção no Sector da Construção voltam a ser preocupantes, antecipando-se mesmo uma nova quebra (decrécimo de 5% do volume global de produção segundo a AECOPS), que só irá agravar mais a já actualmente difícil situação que o Sector atravessa.

Perante estas perspectivas o sector da construção e obras públicas irá viver em 2011, um ano de grande contracção, principalmente pela redução do investimento público estimada. Não obstante, face à experiência da H TECNIC – CONSTRUÇÕES, Lda. e às sinergias decorrentes de estar inserida no Grupo HCI, a Empresa encarar com confiança os desafios para 2011.

Assim o *Management* da H TECNIC – CONSTRUÇÕES, Lda. e colaboradores continuarão empenhados em assegurar um crescimento sustentável para a Empresa, criando valor para todos os *stakeholders* e, em particular, para os seus accionistas, observando uma grande disciplina estratégica e um forte rigor financeiro e operacional.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES

Para efeito do disposto no artigo 21º do Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informamos que não se registam quaisquer dívidas vencidas a favor da segurança social.

Em observação do Decreto-Lei 543/80 de 7 de Novembro, informamos que não existem dívidas em mora ao Sector Público Estatal.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propomos que os Resultados Líquidos apurados no exercício no montante de 140.565,27 euros tenham a seguinte aplicação:

Outras reservas:	140.565,27 euros
------------------	------------------

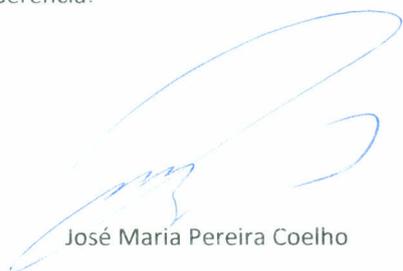


6. AGRADECIMENTOS

Por fim, queremos expressar uma palavra de agradecimento a todos os colaboradores da H TECNIC – CONSTRUÇÕES, Lda. pelo esforço e dedicação demonstrados e aos nossos clientes, fornecedores e instituições de crédito pela confiança depositada na Empresa.

Lisboa, 25 de Março de 2011

A Gerência:

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'J.M.P.C.', with a large, sweeping flourish above the letters.

José Maria Pereira Coelho

A handwritten signature in brown ink, appearing to be 'J.A.C.F.', with a large, sweeping flourish above the letters.

João António C. Farinha

BALANÇO

A handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping loops and lines.

H-TECNIC - Construções, Lda.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2009
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	7	127 425	206 535
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas / socios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
Outros activos não correntes			
Total do activo não corrente		<u>127 425</u>	<u>206 535</u>
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários			
Activos biológicos			
Clientes	6/12.1	1 442 969	2 948 774
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	13.1	566 806	624 888
Accionistas / socios			
Outras contas a receber	12.2	220 942	491 126
Diferimentos	12.3	13 259	12 755
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	1 638 601	1 618 921
Total do activo corrente		<u>3 882 578</u>	<u>5 696 464</u>
Total do activo		<u>4 010 003</u>	<u>5 902 999</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado		240 000	240 000
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Premios de emissão			
Reservas legais		51 957	51 957
Outras reservas		723 391	301 124
Resultados transitados		17 327	
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio		<u>970 151</u>	<u>987 478</u>
Resultado líquido do período		2 002 826	1 580 559
		<u>140 565</u>	<u>463 817</u>
Interesses minoritários		2 143 391	2 044 376
Total do capital próprio		<u>2 143 391</u>	<u>2 044 376</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pos-emprego			
Passivos por impostos diferidos	11	329 159	329 159
Outras contas a pagar			
Total do passivo não corrente		<u>329 159</u>	<u>329 159</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	6	820 810	3 254 569
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	13.1	63 542	106 805
Accionistas / socios			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	12.2	308 593	168 090
Diferimentos	12.3	410 339	
Passivos por impostos diferidos	11	(65 832)	
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do passivo corrente		<u>1 537 452</u>	<u>3 529 464</u>
Total do passivo		<u>1 866 612</u>	<u>3 858 623</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>4 010 003</u>	<u>5 902 999</u>

O anexo faz parte integrante deste balanço.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large loop at the top and several strokes below, positioned in the bottom right corner of the page.

H-TECNIC - Construções, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2010	2009
Vendas e serviços prestados	6/9	5 283 945	6 887 168
Subsídios a exploração			
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(215 954)	(166 381)
Fornecimentos e serviços externos	6/13.2	(3 191 911)	(4 575 956)
Gastos com o pessoal	13.3	(1 516 091)	(1 452 777)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	12.1	31 359	120 192
Provisões (aumentos / reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13.4	10 378	27 783
Outros gastos e perdas	13.4	(24 925)	(120 691)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		376 800	719 338
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7	(135 233)	(130 069)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		241 567	589 270
Juros e rendimentos similares obtidos	6/13.5	15 238	69 379
Juros e gastos similares suportados	13.5	(29 481)	(22 300)
Resultado antes de impostos		227 324	636 349
Imposto sobre o rendimento do período	11	(86 759)	(172 532)
Resultado líquido do período		140 565	463 817

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES



H-TECNIC - Construções, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	2010	2009
Vendas e serviços prestados		5 283 945	6 887 168
Custo das vendas e dos serviços prestados		(4 923 957)	(6 195 113)
Resultado bruto		<u>359 989</u>	<u>692 055</u>
Outros rendimentos		41 737	147 975
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos			
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		(160 158)	(250 760)
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		<u>241 567</u>	<u>589 270</u>
Gastos de financiamento (líquidos)		(14 243)	47 079
Resultados antes de impostos		<u>227 324</u>	<u>636 349</u>
Imposto sobre o rendimento do período		(86 759)	(172 532)
Resultado líquido do período		<u>140 565</u>	<u>463 817</u>
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa mãe		140 565	463 817
Interesses minoritários			
		<u>140 565</u>	<u>463 817</u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por funções



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and strokes, is located in the bottom right corner of the page.

H-TECNIC - Construções, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2009

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe					Outros instrumentos de capital próprio	Outras variações no capital próprio	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Resultados transferidos	Outras reservas	Reservas legais	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital próprio	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do capital próprio
	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais														
Posição no início do período 2009	240.000	-	-	-	51.957	1.495.351	-	-	-	-	-	-	-	-	402.978	2.130.286	-	2.130.286	
Alterações no período:																			
Primeira adopção de novo referencial contabilístico																			
Alterações de políticas contabilísticas																			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																			
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																			
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																			
Ajustamentos por impostos diferidos																			
Efeito de aquisição / alienação de participadas																			
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																			
Aplicação do resultado do exercício de 2008															(305.773)				
	240.000	-	-	-	51.957	1.495.351	-	-	-	-	-	-	-	-	97.205	3.177.764	-	3.177.764	
Resultado líquido do período															463.817	463.817	-	463.817	
Resultado integral															463.817	463.817	-	463.817	
Operações com detentores de capital no período																			
Realizações de capital																			
Realizações de prémios de emissão																			
Distribuições															(97.205)			(97.205)	
Entradas para cobertura de perdas															(97.205)			(97.205)	
Outras operações															(1.597.205)			(1.597.205)	
	240.000	-	-	-	51.957	301.124	-	-	-	-	-	-	-	-	463.817	2.044.376	-	2.044.376	
Posição no fim do período 2009															463.817	2.044.376	-	2.044.376	

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio

H-TECNIC - Construções, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2010

(Montantes expressos em euros)

Alterações no período	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do capital próprio		
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		Total	Interesses minoritários
Posição no início do período 2010	240.000	-	-	51.957	301.124	-	-	-	98.478	463.817	2.044.376	-	2.044.376
Alterações no período													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas:													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						85.159			(85.159)				
Realização do excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Variações dos excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Efeito de aquisição / alienação de participadas													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													
Aplicação do resultado do exercício anterior					422.267					(422.267)			
Ajustamentos em activos financeiros				51.957	723.391	17.327			970.151	41.550	2.044.376		2.044.376
Resultado líquido do período										140.565	140.565		140.565
Resultado integral										140.565	140.565		140.565
Operações com detentores de capital no período													
Realização de capital													
Realização de prémios de emissão													
Distribuições (dividendos)													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
Posição no fim do período 2010	240.000	-	-	51.957	723.391	17.327			970.151	140.565	2.143.391	-	2.143.391

O anexo, parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



H-TECNIC - Construções, Lda.
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(Montantes expressos em euros)

	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	6 789 751	5 983 983
Pagamentos a fornecedores	(5 841 625)	(2 273 360)
Pagamentos ao pessoal	(1 516 091)	(1 432 422)
Caixa gerada pelas operações	(567 965)	2 278 202
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	(137 772)	(356 758)
Outros recebimentos / pagamentos	810 625	(179 579)
Fluxos das actividades operacionais [1]	104 888	1 741 865
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(70 965)	(85 147)
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos	-	-
	(70 965)	(85 147)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	15 238	72 449
Dividendos		
	15 238	72 449
Fluxos das actividades de investimento [2]	(55 726)	(12 698)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Coertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares	(29 481)	(22 300)
Dividendos		(1 500 000)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		(97 205)
Outras operações de financiamento	(29 481)	(1 619 505)
Fluxos das actividades de financiamento [3]	(29 481)	(1 619 505)
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	19 681	109 663
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 618 921	1 509 258
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 638 601	1 618 921

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.



ANEXO

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and strokes, is located in the bottom right corner of the page.

1. Identificação da entidade

Designação da entidade: H TECNIC – Construções, Lda.

NIF: 506155218

Sede: Avenida Almirante Gago Coutinho, nº 131, Distrito: Lisboa; Concelho: Lisboa; Freguesia: São João de Brito; Código postal: 1700-029 Lisboa.

Natureza da actividade: Reabilitação de património e reforço de estruturas.

Designação da empresa-mãe: HCI Construções, SA

Sede da empresa-mãe: Avenida Almirante Gago Coutinho, nº 131, Distrito: Lisboa; Concelho: Lisboa; Freguesia: São João de Brito; Código postal: 1700-029 Lisboa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2010, face ao previsto no n.º 2 do art.º 3.º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas interpretativas 1 e 2).

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

2.4 Adopção pela primeira vez das NCRF (divulgação transitória).

Até 31 de Dezembro de 2009, a Empresa elaborou, aprovou e publicou demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POC e aplicáveis à generalidade das empresas.

O balanço em 31 de Dezembro de 2009 e a demonstração dos resultados, dos fluxos de caixa e das variações do capital próprio em 31 de Dezembro de 2009, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados de forma a estarem de acordo com as NCRF.

Os ajustamentos efectuados com efeito a 1 de Janeiro de 2009, data da transição, foram efectuados de acordo com as disposições da NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Tendo em conta o disposto na NCRF 3 – Aplicação pela Primeira Vez das NCRF, no Balanço de Abertura, reportado a 1 de Janeiro de 2009:

- (a) Foram reconhecidos todos os activos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas NCRF;
- (b) Foram desreconhecidos todos os itens que as NCRF não permitem reconhecer como activos ou passivos;
- (c) Foram reclassificados itens que segundo o POC eram reconhecidos como um tipo de activo, passivo ou componente do capital próprio, mas que são um tipo diferente de activo, passivo ou componente do capital próprio segundo as NCRF;

- (d) Foram aplicadas as NCRF na mensuração de todos os activos e passivos reconhecidos;
- (e) Os ajustamentos foram reconhecidos directamente nos resultados transitados ou, se apropriado, noutro item do capital próprio à data da transição.

Os efeitos no balanço em 31 de Dezembro de 2009 da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reexpressas, em conformidade com o SNC em vigor a 1 de Janeiro de 2010, detalham-se da seguinte forma:

Reconciliação, reportada a 31.12.2009 (final do último período relatado segundo o anterior referencial contabilístico), entre (i) o capital próprio relatado segundo o anterior referencial contabilístico e (ii) o capital próprio segundo as NCRF, incluindo reconciliação entre (iii) o resultado relatado segundo o anterior referencial contabilístico relativo ao período 2009, e (iv) o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período		Activo	Capital próprio				Passivo	Total do capital próprio e do passivo	
			Resultado de 2009	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras componentes do capital próprio			Total do capital próprio
Posição em 31.12.2009 de acordo com o anterior referencial contabilístico		5 841 857	463 817			593 081	1 056 898	4 784 959	5 841 857
Alterações às políticas contabilísticas	Apuramento de IDP sobre montante da anulação das Provisões para garantia (aplicação da NCRF 19)					(329 159)	(329 159)	329 159	
	Anulação do montante de Provisões para Garantia que se encontravam a ser diferidas de acordo com o máximo permitido fiscalmente (5%)					1 255 495	1 255 495	(1 255 495)	
	Anulação do valor de PTC registados em 31.12.09 (aplicando o Artº 19 CIRC) e registo de Devedores por Acréscimos de Rendimentos (aplicando a NCRF 19)	61 142				61 142	61 142		61 142
Posição em 31.12.2009 de acordo com as NCRF		5 902 999	463 817			1 580 559	2 044 376	3 858 623	5 902 999

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a Empresa adoptou as Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adoptadas pela empresa foram as seguintes:

Principais bases de mensuração	Inicial	Subsequente
Activos fixos tangíveis	Custo	Custo menos as depreciações, estas são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
Rédito	O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.	
Impostos sobre o rendimento	Os impostos sobre rendimentos são calculados de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.	
Instrumentos Financeiros	Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios: (i) Clientes: as dívidas de clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade, (ii) Outras dívidas de terceiros: ao custo, (iii) Fornecedores e de outros terceiros: estas dívidas encontram-se mensuradas pelo método do custo, (iv) Empréstimos: registados no passivo pelo custo, (v) Periodizações: as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos», (vi) Caixa e depósitos bancários: correspondem aos valores imediatamente realizáveis e (vii) Benefícios de empregados: são reconhecidas como gastos no período (incluindo o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte) em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.	
Contratos de construção	O rédito do contrato compreende (i) a quantia inicial de rédito acordada no contrato e (ii) as variações no trabalho, reclamações e pagamentos de incentivos do contrato, até ao ponto em que seja provável que resultem em rédito e estejam em condições de ser fiavelmente mensurados. O rédito do contrato é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Quando o desfecho de um contrato de construção possa ser fiavelmente estimado, o rédito e os custos associados deverão ser imputados aos diferentes períodos de acordo com o método da percentagem de acabamento, segundo o qual o rédito e os custos do contrato são reconhecidos na demonstração de resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho com o qual se relacionam seja executado.	

As taxas utilizadas correspondem às taxas permitidas e legalmente em vigor, com base na aplicação do Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Dezembro, Série I, n.º 177, variando de acordo com os seguintes períodos:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis
	Terrenos	Edifícios				
Vidas úteis	-	10-20 anos	1-14 anos	4 anos	3-5 anos	4-10 anos
Taxas de depreciação	-	5,00% - 10,00%	7,14% - 100,00%	25,00%	20,00% - 33,33%	10,00% - 25,00%
Métodos de depreciação	-	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

A moeda de relato utilizada neste anexo é o Euro.

3.2 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa.

4. Fluxos de caixa

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2010			31.12.2009		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	18 951	-	18 951	17 440	-	17 440
	Subtotais	18 951		18 951	17 440		17 440
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	1 619 650	-	1 619 650	1 601 481	-	1 601 481
	Subtotais	1 619 650		1 619 650	1 601 481		1 601 481
Totais		1 638 601		1 638 601	1 618 921		1 618 921

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

A Empresa adoptou no presente exercício as NCRF pela primeira vez pelo que adoptou a NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das NCRF na contabilização dos efeitos das alterações de Políticas Contabilísticas, Estimativas e Correcções de Erros não tendo adoptado a NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações de Estimativas e Erros, razão pela qual as divulgações requeridas pela presente Nota não são aplicáveis.

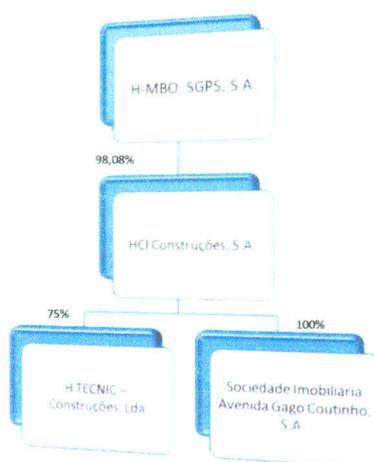
Efectivamente, conforme o previsto na NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das NCRF a Empresa:

- Adoptou, com efeitos retrospectivos, as mesmas políticas contabilísticas no presente exercício e nos números comparativos do exercício anterior;
- Efectuou as alterações de estimativas de forma prospectiva excepto quando que se concluiu que tal alteração se ficou a dever a erros;

- Corrigiu os erros de forma retrospectiva e procedeu à reexpressão dos comparativos.

6. Partes relacionadas

A H TECNIC – Construções, Lda. é uma subsidiária da HCI Construções SA, fazendo parte do Grupo HCI o qual tem a seguinte configuração:



As transacções realizadas com partes relacionadas foram efectuadas nos termos e condições praticados no mercado em concordância com o disposto pelo artigo 63º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, apresentando o seguinte detalhe:

Transacções com as partes relacionadas		Período 2010			Período 2009		
		Prestações de serviços	FSE	Juros Suportados	Prestações de serviços	FSE	Juros Obtidos
Empresa-mãe	HCI Construções SA	1 019 119	(905 250)	(8 918)	269 019	(607 671)	8 602
	Subtotais	1 019 119	(905 250)	(8 918)	269 019	(607 671)	8 602
Totais		1 019 119	(905 250)	(8 918)	269 019	(607 671)	8 602

Os saldos pendentes com as partes relacionadas apresentam a seguinte decomposição:

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas		Período 2010		Período 2009	
		Saldos pendentes em 31.12.2010		Saldos pendentes em 31.12.2009	
		Cientes	Fornecedores	Cientes	Fornecedores
Empresa-mãe	HCI Construções SA	400 000	(501 659)	279 847	(741 668)
	Subtotais	400 000	(501 659)	279 847	(741 668)
Totais		400 000	(501 659)	279 847	(741 668)

7. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e ajustamentos, foi o seguinte:

Activos fixos tangíveis		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Em 01.01.2009	Quantias brutas escrituradas	77 800	354 814	102 435	140 388	675 436
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(54 931)	(213 541)	(78 653)	(76 854)	(423 979)
	Quantias líquidas escrituradas	22 869	141 273	23 782	63 534	251 457
Adições		1 331	31 699	5 977	46 139	85 147
Alienações, sinistros e abates						
Depreciações		(6 976)	(71 099)	(12 613)	(39 380)	(130 069)
Em 31.12.2009 (01.01.2010)	Quantias brutas escrituradas	79 131	386 513	108 412	186 527	760 583
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(61 907)	(284 641)	(91 266)	(116 234)	(554 048)
	Quantias líquidas escrituradas	17 224	101 872	17 145	70 293	206 535
Adições		1 109	48 047	16 157	5 652	70 965
Alienações, sinistros e abates			(29 684)			(29 684)
Outras alterações (depreciações acumuladas do abate)			14 842			14 842
Depreciações		(7 875)	(67 466)	(16 894)	(42 999)	(135 233)
Em 31.12.2010	Quantias brutas escrituradas	80 240	404 876	124 569	192 179	801 864
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(69 782)	(337 265)	(108 160)	(159 233)	(674 439)
	Quantias líquidas escrituradas	10 458	67 612	16 409	32 946	127 425

Note-se que a Empresa abateu uma viatura (do agrupamento dos equipamentos de transporte) cujo valor líquido contabilístico era de 14.842 euros.

8. Inventários

No quadro seguinte apresentam-se as quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período:

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período			2010		2009		
			Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período	+					
	Compras	Compras	+	215 954	215 954	166 381	166 381
		Devoluções de compras	-				
		Descontos e abatimentos em compras	-				
	Inventários no fim do período	-					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		=	215 954	215 954	166 381	166 381	
Perdas em inventários		+					
Ofertas e amostras de inventários		+					
Totais		=	215 954	215 954	166 381	166 381	

9. Contratos de construção

Para o reconhecimento dos réditos e dos gastos das obras relativas aos contratos de construção em curso foi adoptado o método da percentagem de acabamento.

De acordo com este método, no final de cada exercício, os réditos directamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na Demonstração dos resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos suportados até à data do Balanço e os custos totais estimados das obras.

As diferenças entre os réditos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizadas nas rubricas Outros activos correntes ou Outros passivos correntes, consoante a natureza da diferença.

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

À data do Balanço é constituída uma provisão para as perdas estimadas em obras em curso, correspondente à margem negativa por reconhecer e para fazer face aos gastos. Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, é constituída anualmente uma provisão para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos suportados no passado com as obras em período de garantia.

A H TECNIC – Construções, Lda. constituía provisão pelo valor máximo permitido fiscalmente (5%) no entanto com a adopção do SNC, uma vez que não havia no historial gastos incorridos durante o período de garantia, as provisões foram desreconhecidas na totalidade, não sendo portanto consideradas quaisquer provisões nos exercícios de 2009 e 2010.

Apresenta-se adiante síntese da posição das 2 obras em curso no final do exercício de 2010:

Obra	Custos Orçamentado (Euros)	Custo Real (Euros)	% Acabamento
412	1 343 658	168 513	13%
402	382 000	251 249	66%

10. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Para o reconhecimento dos réditos e dos gastos das obras relativas aos contratos de construção em curso foi adoptado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada exercício, os réditos directamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na Demonstração dos resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos suportados até à data do Balanço e os custos totais estimados das obras.

As diferenças entre os réditos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizadas nas rubricas Outros activos correntes ou Diferimentos, consoante a natureza da diferença.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2010			Período 2009		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Prestação de serviços	5 283 945	99.71%	(23.28%)	6 887 168	99.00%	(5.05%)
Juros	15 238	0.29%	(78.04%)	69 379	1.00%	198.00%
Totais	5 299 184	100.00%	(23.82%)	6 956 547	100.00%	(14.50%)

11. Impostos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, a declaração fiscal da Empresa do ano de 2010 poderá vir ainda a ser sujeita a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquela declaração de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos		2010			2009		
		Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais	Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores		1					
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente	2	(152 591)	(152 591)	(172 532)		(172 532)
	(Gastos)/rendimentos por impostos diferidos	De alterações nas políticas contabilísticas e nos erros não contabilizadas retrospectivamente		65 832	65 832		
		Da (redução)/reversão de uma diminuição anterior de activos por impostos diferidos					
	Imposto diferido	3		65 832	65 832		
Imposto sobre o rendimento do período		4 = 2 + 3	(152 591)	65 832	(86 759)	(172 532)	(172 532)
Totais		5 = 1 + 4	(152 591)	65 832	(86 759)	(172 532)	(172 532)

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos		Período 2010			Período 2009		
		Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período	140 565			463 817		
	Gastos/(rendimentos) de impostos	86 759			172 532		
	Resultado antes de impostos	227 324	38.17%	86 759	636 349	27.11%	172 532
Ajustamentos para Lucro/(Prejuízo fiscal)		296 998			(23 321)		
Lucro/(Prejuízo fiscal)		524 323			613 028		
Dedução de perdas fiscais							
Matéria colectável / colecta		524 323	24.70%	129 518	613 028	25.00%	153 257
Outras componentes do imposto (derrama, tributação autónoma, etc.)				23 073			19 275
Imposto corrente				152 591			172 532
Imposto diferido				(65 832)			
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efectiva média		227 324	38.17%	86 759	636 349	27.11%	172 532

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Quantias de activos e de passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço e correspondentes movimentos ocorridos durante o período			2010			2009				
			Saldo no começo do período	Movimentos do período via		Saldo no fim do período	Saldo no começo do período	Movimentos do período via		Saldo no fim do período
				Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio			Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	
Passivos por impostos diferidos	Provenientes de diferenças temporárias	Anulação das Provisões para Garantia (aplicação da NCRF 19)	(329 159)	65 832	(263 327)			(329 159)	(329 159)	
	Totais		(329 159)	65 832	(263 327)			(329 159)	(329 159)	

12. Instrumentos financeiros

12.1 Clientes

Apresenta-se em seguida reconciliação entre as quantias brutas e líquidas da conta de clientes relativas aos exercícios de 2009 e 2010:

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de activos sujeitos a perdas de imparidade	Período 2010			Período 2009		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Clientes	1 460 110	(17 141)	1 442 969	3 027 774	(79 000)	2 948 774
Totais	1 460 110	(17 141)	1 442 969	3 027 774	(79 000)	2 948 774

O detalhe das imparidades e respectivas reversões reconhecidas durante o período encontram-se espelhadas no quadro seguinte:

Perdas por imparidade	Acumuladas em 01.01.2009	Reconhecidas no período	Revertidas no período	Acumuladas em 31.12.2009	Reconhecidas no período	Revertidas no período	Regularização de incobráveis	Acumuladas em 31.12.N
Clientes	(199 192)		120 192	(79 000)		31 359	30 500	(17 141)
Totais	(199 192)		120 192	(79 000)		31 359	30 500	(17 141)

12.2 Outras contas a receber e a pagar

Outras contas a receber - Corrente			31.12.2010	31.12.2009
Outras contas a receber	Devedores por acréscimos de rendimentos	Diversos		224 308
		Subtotais	0	224 308
	Outros Devedores e Credores	Diversos	220 942	266 818
		Subtotais	220 942	266 818
Total			220 942	491 126

Outras contas a pagar - Corrente			31.12.2010	31.12.2009
Outras contas a pagar	Credores por acréscimos de gastos	Remunerações a liquidar	32 338	-
		Outros acréscimos de custos	274 765	166 600
		Subtotais	307 103	166 600
	Outros credores	Outros	1 490	1 490
		Subtotais	1 490	1 490
		Total	308 593	168 090

12.3 Diferimentos

Os saldos dos diferimentos (activos e passivos) em 31.12.2010 e 31.12.2009 apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos Activos			31.12.10	31.12.09
Diferimentos	Gastos a reconhecer	Outros custos diferidos	13 259	12 755
		Total	13 259	12 755
Diferimentos Passivos			31.12.10	31.12.09
Diferimentos	Rendimentos a reconhecer	Facturação Diferida	410 339	-
		Total	410 339	0

13. Outras informações**13.1 Estado e outros entes públicos**

O saldo da conta Estados e outros entes públicos (saldo devedor e credor) a 31.12.2010 e a 31.12.2009 apresentava a seguinte decomposição:

Estado e outros entes públicos		31.12.2010	31.12.2009
Saldo devedor	IVA - Imposto a recuperar	566 791	624 888
	Outros	15.00	-
	Total	566 806	624 888
Saldo credor	Retenção de impostos sobre rendimentos	28 831	8 601
	IRC - Imposto a pagar	15 112	75 988
	Contribuições para a Segurança Social	19 599	22 216
	Total	63 542	106 805

13.2 Fornecimentos e serviços externos

A conta fornecimentos e serviços externos referentes ao período de 2010 e 2009 apresentava a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	Período 2010	Período 2009
Subcontratos	1 602 582	2 112 949
Serviços especializados	1 072 093	1 890 923
Materiais	56 305	66 626
Energia e fluídos	56 857	45 206
Deslocações, estadas e transportes	103 090	108 373
Serviços diversos	300 984	351 879
Totais	3 191 911	4 575 956

13.3 Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com pessoal	Período 2010	Período 2009
Remunerações Órgãos Sociais	114 573	237 854
Remunerações do Pessoal	1 143 001	962 094
Encargos com Remunerações	192 261	200 374
Seguros de Acidentes de Trabalho	22 287	35 260
Gastos de Ação Social	3 397	2 252
Outros Gastos com Pessoal	40 571	14 943
Totais	1 516 091	1 452 777

No exercício de 2010 a H TECNIC registou um número médio de trabalhadores de 43 (o número médio de trabalhadores em 2009 foi de 46).

13.4 Outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas

As contas Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas apresentaram a seguinte decomposição no período de 2010 e 2009:

		Período 2010	Período 2009
Outros rendimentos e ganhos	Excesso de estimativa de imposto	10 355	
	Correcções de exercícios anteriores		24 712
	Outros	23	3 071
	Total	10 378	27 783
Outros gastos e perdas	Correcções de exercícios anteriores	259	6 694
	Impostos e multas fiscais	7 579	21 358
	Insuficiência de estimativa		7 704
	Perdas em investimentos não financeiros	14 842	
	Outros	2 246	84 935
Total	24 925	120 691	

Em 2009, na conta de Outros gastos e perdas (no valor de 84.935 euros), na subconta Outros estão espelhados cerca de 83.159 euros relativos à reclassificação da variação de produção.

13.5 Juros e rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados

As contas de juros referentes ao período de 2010 e 2009 apresentavam a seguinte decomposição:

		Período 2010	Período 2009
Juros e rendimentos similares obtidos	Juros e outros rendimentos financeiros	15 238	69 379
	Total	15 238	69 379
Juros e gastos similares suportados	Juros e outros gastos financeiros	29 481	22 300
	Total	29 481	22 300

14. Responsabilidades da empresa por garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2010, existiam garantias de obras prestadas a clientes no valor de 1.119.750 euros.

15. Acontecimentos após a data do balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 25 de Março de 2011.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

Desde 31 de Dezembro de 2010 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

Técnico responsável

João Paulo Oliveira Batista



A Gerência

José Maria Pereira Coelho



João António C. Farinha



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Handwritten signatures in blue and red ink, located in the bottom right corner of the page.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'R' and 'N' followed by a flourish.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Handwritten signatures in blue and red ink, located in the bottom right corner of the page.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the bottom, located in the bottom right corner of the page.